

Eixo-temático: **Avaliação em Educação (E1)**

AS SETE LIÇÕES DE CARLOS: APONTAMENTOS SOBRE AVALIAÇÃO EM ARTE/EDUCAÇÃO

Daiane Pettine – UNESP Instituto de Artes (daiane_pettine@yahoo.com.br)

Resumo: Este relato problematiza a avaliação escolar no atual sistema educacional brasileiro e no ensino de artes. Esta reflexão é feita tendo como ponto de partida a avaliação de um desenho feito por um aluno, Carlos, e as lições decorrentes da pesquisa das possibilidades de realizar a avaliação da atividade. Temos a intenção de discutir às atuais concepções de avaliação e suas implicações na arte/educação, dando destaque as questões, questionamentos e problematizações surgidas ao longo de um processo avaliativo realizado em uma situação de aprendizagem em Artes. Buscamos explicitar e discutir as funções da avaliação e propor perspectivas que valorizem a expressividade e criatividade do estudante. Almejamos apontar indagações e questões para reflexão e ressignificação do papel e uso da avaliação em arte/educação como um fim em si mesma, compreendendo-a não como mero instrumento, mas como um dos objetivos do processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Avaliação em arte/educação, Avaliação Educacional, Avaliação Formativa.

Financiamento: Sem financiador.

É sabido que o verbo avaliar está presente no cotidiano pessoal, familiar, acadêmico, profissional e escolar. De uma forma sistematizada ou inconsciente, avaliamos nossas decisões, as decisões dos outros, nossas relações, as relações dos outros, nossas conquistas, as conquistas de outros, nosso fracasso, o fracasso de outros, nosso aprendizado e o aprendizado de outrem. A utilização da avaliação, na esfera pessoal ou coletiva, é pautada pela análise de uma situação ou processo e a atribuição de julgamento a ele.

Infelizmente, até hoje, em uma rápida conversa com estudantes, os exemplos mais comuns ao falar de avaliação carregam uma visão negativa do tema. Visão que nos mostra a função da avaliação no atual sistema educacional: verificar, classificar e numerar estudantes, como apontam Sacristan e Gómez (1998).

Em uma situação de aprendizagem em arte/educação a avaliação torna-se ainda mais discutida por estar envolta a uma disciplina onde, por muitas vezes, o expressivo, criativo e subjetivo são o mote e foco das aulas. Usando as palavras da professora Ana Mae Barbosa (1998), como referência, podemos dizer que o ensino das artes busca oferecer aos estudantes condições para que compreendam o que ocorre no plano da expressão e no plano do significado para que possam ser expressivos e fazer da arte uma linguagem para que significados sejam (re)criados em experiências artísticas.

Buscando realizar uma avaliação não embasada em classificação e numeração e objetivando um ensino de artes que possibilite a (re)construção de significados, esse relato/reflexão surge então, da necessidade de realizar e questionar as práticas avaliativas em uma situação de ensino aprendizagem em arte/educação. Para nortear as indagações desse texto e a guisa de ilustração da complexidade de tais questões utilizamos um relato de experiência por mim vivido como professora de artes no 2º ano no ensino fundamental no Colégio Vila Mariana.

Realizamos um projeto que visava estimular os estudantes a criar desenhos que fugissem dos estereótipos ao desenhar uma árvore. Para isso analisamos diversas imagens, pinturas e fotografias de árvores, fizemos uma pesquisa de campo observando, tocando e conversando sobre as diferentes plantas na natureza e realizamos desenhos de observação ao ar livre tendo as mesmas como parâmetro. A atividade final proposta foi desenhar/colar/criar uma árvore utilizando os mais diversos materiais e técnicas, colagens, giz, lápis, carvão e etc. O objetivo era estimular a observação e criatividade e possibilitar aos estudantes uma experiência de criação expressiva onde não era obrigatório ou necessário reproduzir as árvores de uma maneira realista, dando assim espaço a inventividade.

Árvores abstratas, tracejadas, multicolores e com variadas funções foram feitas pelos estudantes e apresentadas a sala. Árvores em formato de abraço, árvores que mudavam de cor e árvores que continham apenas traços e significados abstratos. Eis que um dos estudantes apresentou um desenho em que não havia árvore. Ele explicou que o havia desenhado era um mundo sem monstros. Intrigada, para tentar entender o que o motivou a construir aquele desenho pedi a ele que falasse sobre o processo que havíamos passado. Ele pensou rapidamente, e notou minha cara de confusa, e logo observou que em seu desenho não havia a árvore pedida. Sentou em sua mesa e

desenhou uma árvore “comum” no desenho, disse que era “uma árvore que criava um mundo sem monstros”. O desenho pode ser observado no anexo I.

Carlos me surpreendeu e me deixou em estado de suspensão. A princípio pensei que ele não havia entendido a proposta e que seu desenho não atendia as exigências e objetivos do projeto. A partir daí, surgiram as questões: Como devo avaliar o desenho? O que essa produção pode dizer sobre o processo? A criação atendeu ou não atendeu as expectativas? Que critérios utilizarei e utilizo ao fazer uma avaliação?

Deslocada pelo desenho do menino e em uma situação em que desejava analisá-lo e analisar o processo de forma mais profunda, crítica e não embasada em meus meros achismos subjetivos, observei o desenho novamente. Minha metodologia para fomentar tal reflexão foi analisar meu processo de formação como educadora e recorrer aos textos e pesquisadores que discutiam a avaliação e avaliação no ensino das Artes.

Minha primeira conclusão foi de que nunca havia estudado e abordado o tema a partir de discussões ou referenciais acadêmicos. Em um estado de ignorância de si e do mundo, avaliava os trabalhos e os processos apenas partindo de uma visão calcada em achismos próprios. Se me preocupava preparar o currículo e nortear minhas ações partindo de nas leituras e reflexões feitas ao longo de anos de estudo e prática educativa, não realizava o mesmo com a avaliação. Em nenhuma disciplina da universidade em que cursei, o Instituto de Artes da Unesp de São Paulo, havia discutido o tema ou analisado e discutido as metodologias de avaliação que poderia utilizar no ensino das artes e suas implicações.

Na busca de referenciais e dados sobre a avaliação em Arte, podemos observar que nas grades curriculares de todas as faculdades que oferecem o curso de Educação Artística ou Licenciatura em Artes na grande São Paulo (Usp, Unesp, São Judas, Unicsul, Faculdade Paulista de Artes, Mozarteum, Unisanta, Estácio, Unicastelo, Anhembi, UMC, Claretiano, Faculdade Santa Marcelina, Univesidade Aberta, Uniban e Belas Artes) não há nenhuma disciplina específica para trabalhar a avaliação. A discussão do tema fica inclusa nas disciplinas de didática, ensino de arte ou educação em geral. Nosso primeiro apontamento é a percepção de que a avaliação, um processo tão importante de auxílio ao aprendizado, não é discutida de forma aprofundada na academia no que tange a formação de professores. Se não passamos pelo processo de estudo e análise de metodologias avaliativas diferenciadas não podemos esperar uma

postura dialética ou crítica quanto ao assunto e nem esperar que eles fujam do modelo tradicional de avaliação-prova-nota. Problematizamos assim que uma avaliação sem referenciais teóricos ou parâmetros conscientes, é uma avaliação embasada em achismo, bases questionáveis e subjetivismos do professor.

Para descortinar tais achismos e na busca de referências sobre conceito de avaliação, recorremos a Cláudio Pileitti (1994) que define avaliação como processo contínuo de pesquisas que visa interpretar os conhecimentos, habilidades e atitudes dos alunos, o andamento da aula e a prática do professor, tendo em vista os objetivos pedagógicos propostos. O pesquisador destrincha a avaliação em três fases: diagnóstica (feita no início de um processo), formativa (realizada ao longo de um processo) e somativa (no término de um processo), frisando que os processos são um ciclo e que um contribui para que a realização do outro seja eficaz como intervenções pedagógicas.

Portanto, avaliar um processo educativo ou artístico é um processo no qual o professor realiza um diagnóstico dos interesses e características dos estudantes, acompanha o desenvolvimento do estudante, da aula e de si próprio a fim de verificar sua execução e se for necessário, redirecionar o planejamento para que os objetivos educacionais sejam atingidos e por fim mede os resultados. Podemos perceber então que ao contrário do que o senso comum escolar defende por muitas vezes, a avaliação não se resume apenas provas ou trabalhos. Assim, a avaliação daquele desenho não era necessariamente a avaliação de todo um processo. Primeiro ensinamento que Carlos me proporcionou, o desenho me proporcionava dados de resultado e não dados de um processo. Avaliação de um processo e avaliação de um resultados, são coisas distintas.

Nessa perspectiva, as provas, seminários ou trabalhos como metodologias avaliativas são uma forma de verificar o andamento de um processo e verificar resultados, e não somente de elencar estudantes em melhores ou piores ou verificar o domínio dos conteúdos usando uma avaliação tradicional, como comumente definem os integrantes do processo escolar. Avaliação escolar, exemplificando, não pode ser definida como a realização de uma prova bimestral, a prova bimestral é um meio, uma metodologia, para realizar uma avaliação pedagógica. Ou, trazendo para nossa ilustração, a avaliação não pode ser definida pela visualidade de um desenho, e sim o desenho é um meio para realizar a avaliação. Segundo ensinamento do mundo sem monstros de Carlos, a avaliação são um meio para e não um fim.

Ter referências teóricas nos evidencia a necessidade de ter clareza na definição de conceitos e nos mostra que se uma ação é realizada a partir de achismos e referenciais próprios, não passando por uma reflexão e elaboração sistematizada, ela fica a mercê de dados e parâmetros subjetivos dos educadores. A avaliação, nessa perspectiva, passa a ser então um ato “naturalizado” na educação. Como se as escolhas e as metodologias surgissem de si mesmas e fossem inquestionáveis, um processo naturalizado pela própria falta de reflexão sobre si.

Luckesi (1996) aponta que a avaliação como um meio e não um fim em si mesma, mostra na prática as concepções de educação e de mundo que nós, professores, temos e mostramos aos estudantes, ela mostra as concepções de educação e de mundo que eles irão usar como parâmetros.

Usando as palavras de Lucksei como ilustração, podemos afirmar que a priori é necessário discutir e descortinar as concepções envolvidas na prática avaliativa. Ao escolher determinadas metodologias e delimitar critérios avaliativos, as concepções de mundo e educação são implícitas a ação. Avaliar em uma perspectiva “desnaturalizante” portanto, é uma ação que implica a delimitação de concepções de educação e de mundo.

Corroborando com essa perspectiva alguns autores PERRENOUD (2003), ABRAMOWICZ (2002) e ESTEBAN (2001) ressaltam que a falta de experiências positivas com a avaliação faz com que algumas pessoas a vejam como um momento cruel, se somente a atrelarem a provas e notas e não como forma de reflexão, análise e redirecionamento de uma vivência.. Contudo, os mesmos autores ratificam que essa visão aos poucos está sendo modificada. Essa modificação para HADJI (2001) ocorre por conta da modificação das concepções de educação, portanto, se a concepção de educação muda, a concepção e práticas de avaliação mudam e a visão sobre elas se altera.

Sendo assim, se nossas concepções de mundo e de educação são embutidas na avaliação, quais as implicações de tais concepções? Em uma concepção tradicional de educação onde o objetivo é apenas a aquisição de repertório, a avaliação surge como processo classificatório. Em uma concepção de educação voltada para a formação global do estudantes a partir de vivências ou construção de saberes, a avaliação tem função formativa, como uma atividade auxiliar do ensino aprendido. A avaliação, no último caso, tem o objetivo de auxiliar o professor e estudante a alcançar os objetivos

educacionais e não somente classifica-los em melhores e piores. Uma diferente concepção de educação então, resulta em uma diferente prática avaliativa. Os monstros de Carlos me levam assim, a uma terceira lição.

A mudança no conceito de educação segundo HADJI (2001) é atrelada as tentativas de atualizar o currículo escolar, o ambiente escolar e os objetivos escolares. Em uma dessas mudanças, a inserção da Arte como disciplina explicita a visão de que o ensino e a vivência artística são importantes para o desenvolvimento dos alunos. Em uma educação que se importa com os desenvolvimentos cognitivos, motores e emocionais dos estudantes, a arte certamente tem seu espaço.

Surge-nos então, uma questão: ao trabalhar com uma disciplina que lida com expressão, significação e criação, como adaptar a esse contexto as metodologias avaliativas?

Mais uma vez em busca de referências, o desenho de Carlos me leva ao quarto ensinamento. Com referência ao ensino e aprendizagem de arte, que geralmente propõe uma atividade como resultado, o ato avaliativo não pode ser uma simples mensuração de produtos finalizados. Isso porque nem sempre o resultado de um trabalho em arte reflete os procedimentos e as motivações presentes em seu surgimento como apontam Ferraz e Fusari (1993). O podemos considerar que valor de uma experiência se torne subitamente visível ao seu término.

Não utilizando a mensuração de resultados como objetivo da avaliação em Artes, vemos o processo como ponto a ser analisado na busca de dados que possibilitem a avaliação. Porém, como os critérios avaliativos podem ser condizentes com uma perspectiva em que processo é expressivo, criativo e subjetivo? Uma alternativa que Modinger (2012) nos sugere é questionar se os objetivos foram atingidos. Se o objetivo de uma atividade era estimular a expressão criativa, a avaliação se questiona se o estudante se propôs a realizar a tarefa, não se atendo se os resultados foram alcançados ou não e sim se a atividade foi realizada. Se o objetivo de uma prática arte/educativa fora estimular a criatividade e subjetividade, a avaliação se questiona se a atividade conseguiu fomentar tal estimulação, e não se o estudante proporcionou um produto criativo carregado de subjetividade. Essa forma de pensamento tira o produto do foco avaliativo, colocando os holofotes sobre a vivência realizada e não sobre seus

resultados. O quinto ensinamento dos monstros e da singela árvore do desenho de Carlos, vem acompanhado do foco nos objetivos da atividade e não nos resultados.

Essa perspectiva nos sugere que em uma visão de arte/educação que visa estimular e não obter resultados, a avaliação deve verificar se os objetivos da atividade foram alcançados e não analisar os produtos.. A reflexão que nos surge dessa prática propõem mais uma vez a utilização da avaliação como prática auxiliadora da educação, possibilitando ao educador ter dados e referências sobre a vivência do processo e utilizando a experiência como norteadora avaliativa.

Oferecer aos estudantes condições para que compreendam o que ocorre no plano da expressão e no plano do significado para que possam ser expressivos e fazer da arte uma linguagem para que significados sejam (re)criados, como nos sugere Ana Mae (1996) e aliar a tal ação uma prática avaliativa condizente, passa pela ratificação da avaliação como ação integrante de um processo que dá informações sobre a realização do mesmo, a construção ou reconstrução de significados é assim verificada a partir da reflexão sobre vivência.

Quando não há a necessidade de que os resultados sejam condizentes com os objetivos e sim que o processo seja condizente com os objetivos, a noção de fracasso deixa de existir. O fracasso escolar nada mais é que o oposto do êxito escolar. E o êxito escolar é definido como o alcance dos objetivos. O sexto ensinamento é que o fracasso não pode ser associado ao desenho de Carlos, seu mundo sem monstros criado pela árvore, alcançou os objetivos da proposta, o estímulo à criatividade.

Se o objetivo da atividade usada como ilustração dessa reflexão, fora a criação de uma árvore fora dos padrões, qualquer árvore desenhada sem a necessidade intrínseca de refletir a proposta, atende aos objetivos e deve ser vista como sucesso. Percebemos embasados nessa perspectiva que em vez de não atender a proposta, talvez ele tenha ido além da proposta. Se a intenção era criar uma árvore que poderia ser mágica e criativa, ele pensara em uma árvore que cria desenhos e deu visibilidade aos frutos daquela árvore. Carlos dera a proposta um tom ainda mais criativo. Ele se desprendera do pedido e pode externar a criação (desenhos) de uma criação (árvore). Ao pensar em uma árvore que fugisse dos padrões, ele não se prendeu a visibilidade diferenciada da árvore e sim a utilidade diferenciada da árvore. Nessa perspectiva em que a utilidade se transformou na forma de expressa o entendimento do processo, Carlos

além de atender o pedido, um desenho de uma árvore não realista, ele atendeu aos objetivos.

Em seu sétimo ensinamento, no final das leituras e reflexões, Carlos nos mostra que além de alcançados, os objetivos podem ser superados e a avaliação além de nos fornecer dados de análise de uma proposta, pode nos surpreender.

Mesmo não sendo de nossa alçada fazer com que o verbo avaliar seja utilizado e visto de forma positiva nos cotidianos pessoais e escolares, buscamos contribuir para a reflexão e a discussão do tema usando como exemplo uma atividade que a princípio pareceu não atender as expectativas e que sem um olhar apurado, talvez recebesse uma negativa como resposta. Leituras e reflexões nos mostram que realizar uma avaliação sem referenciais críticos e claros pode nos levar a des-avaliar uma atividade e ter percepções errôneas de uma criação ou processo.

Referenciais, questionamentos, busca da avaliação como processo e objetivos claros, se tornam assim palavras-chave para se discutir práticas avaliativas. O olhar que foge da “naturalização” das ações começa pelo tratamento da avaliação como ciência a ser pesquisada, discutida e transformada dentro da sala de aula.

A arte como lugar de expressão, potencializa a perspectiva de que o sucesso é a possibilidade de uma vivência criativa e de que a avaliação é um processo auxiliador e não somente classificatório. Não havendo a necessidade classificar estudantes entre mais criativos e menos criativos, mas sim estimulando a necessidade de criar e fomentar um espaço onde criatividade possa ser explorada não sendo calcada em julgamentos.

A avaliação luta contra o insucesso escolar na medida em que se distancia dessa obsessão fatal pelas notas. Sem dúvida, já é tempo de compreender que o essencial não é permanecer no mundo das sombras, fazendo de conta que é possível mensurar a aprendizagem, mas dar a cada aluno informações precisas sobre a realidade e a eficiência de seus conhecimentos e suas habilidades, informações necessárias para melhor autorregular o seu aprendizado como aponta Hadji (2011).

Em suma, a incapacidade de avaliar um desenho e a não aceitação de fazê-lo de forma “naturalizada”, resultou em lições. Lições que apontam que a avaliação de um produto e avaliação um processo são ações distintas, que avaliação é um meio e não um fim, que uma diferente concepção de educação resulta em uma diferente prática avaliativa, que o ato avaliativo não precisa ser uma simples mensuração de produtos

finalizados, que pode-se fazer o uso da análise dos objetivos, vivências e as ações como critérios, que o fracasso e êxito escolar são definidos a partir do alcance dos objetivos propostos e não da análise de resultados e que a avaliação é um espaço de surpresas e recriação da própria avaliação onde objetivos e expectativas podem ser superados.

Carlos criou um mundo sem monstros construídos por uma árvore, me ensinou sete lições e fomentou milhares de indagações, mas de mim ele sempre terá um dez.

Anexo I - O desenho feito pelo estudante Carlos do 2º ano do Colégio Vila Mariana.



Referências bibliográficas:

ABRAMOWICZ, Mere. *Avaliando a Avaliação da Aprendizagem Um Novo Olhar*. São Paulo: Ed. Lúmen, 2002.

BARBOSA, Ana Mae. *Arte-Educação no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

_____. *Tópicos Utópicos*. Belo Horizonte: Editora com Arte, 1998.

ESTEBAN, Maria Tereza. *O Que sabe quem erra? Reflexões sobre a avaliação e fracasso escolar*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FERRAZ, Maria Heloísa, FUSARI, Maria F. *Metodologia do Ensino de arte*. São Paulo: Cortez, 1993.

HADJI, Charles. *A Avaliação desmitificada*. Porto Alegre: Editora Artmed, 2001.

LUCKSEI, Carlos. *Prática Docente e Avaliação*. Rio de Janeiro: ABT, 1990.

_____. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez, 1995.

TAL, F., SILVA, B. e OLIVEIRA, S. Título do relato ou comunicação. **Anais do II 10 Congresso Nacional de Avaliação em Educação: II CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2012, pp. 1 – 10.

MODINGER, Carlos Roberto (org.). *Prática Pedagógicas em ARTES: espaço, tempo e corporeidade*. Erechim: Edelbra, 2012.

SACRISTÁN, J. Gimeno e GÓMEZ, A. I. Pérez. *Compreender e transformar o ensino*. Porto Alegre: Editora ArtMed, 1998.

PERRENOUD, Philippe. *Não mexam na minha avaliação!*. Porto Alegre: Editora Ática, 2003.

PILETTI, Cláudio. *Didática Geral*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

VARGAS, Paula Regina, Projeto: Eu não sei desenhar. In: <http://revistaescola.abril.com.br/arte/portfolios/vendo-conhecendo-criando-arvores-6405.shtml> Acessado em 05 de Maio de 2012.